



MERCANTIL

Financeira S.A. - Financiamento e Investimento

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Dezembro de 2025

Senhoras e Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, bem como as demonstrações consolidadas abrangendo a empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Na conjuntura internacional, estimativas preliminares indicam crescimento do PIB da ordem de 3,3%, desempenho semelhante ao registrado em 2024, não obstante o cenário caracterizado pela intensificação de conflitos geopolíticos e aumento de tarifas alfandegárias.

No Brasil, os principais indicadores corroboram a trajetória de queda da atividade econômica e as estimativas apontam para crescimento do PIB da ordem de 2,4%, ante 3,4% de 2024, refletindo os efeitos da política monetária restritiva.

A desaceleração da atividade econômica ocorreu com maior intensidade no comércio varejista ampliado e na indústria. O setor de serviços alcançou desempenho moderado.

No comércio exterior, apesar do contexto internacional desafiador, a corrente de comércio continuou em expansão e alcançou US\$ 629,1 bilhões, crescimento de 4,9%. As exportações alcançaram US\$ 348,7 bilhões, aumento de 3,5%. O superávit comercial foi de US\$ 68,3 bilhões, queda de 7,9%.

No que tange à inflação, o IPCA acumulou variação anual de 4,26% (4,83% em 2024), abaixo do teto da meta governamental anual de 4,5%. Neste contexto, a taxa de juros Selic, que foi o principal instrumento utilizado para combater pressões inflacionárias, foi elevada gradativamente até alcançar os atuais 15% a.a.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional cresceu 7,9% até novembro (últimos dados de mercado) ante 9,8% em igual período de 2024. As provisões para risco de crédito posicionaram-se em 7,5% em novembro de 2025.

SOBRE A MERCANTIL FINANCEIRA

A Mercantil Financeira S.A. é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. e realiza as suas atividades operacionais com foco no financiamento de bens de consumo duráveis e empréstimos FGTS.

A Instituição empreende suas atividades através da rede de agências do Controlador, distribuídas de forma estratégica nas principais regiões e centros econômicos do País. Complementarmente, mantém seletivas parcerias com correspondentes bancários para originação de empréstimos consignados em folha de pagamento.

A gestão dos riscos é centralizada no Controlador, que dispõe de adequadas estruturas para esse gerenciamento. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 16.

O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) é calculado em conjunto com o Controlador e posicionou-se em 13,5%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

• Ativos

O Ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 644,6 milhões. As disponibilidades e demais ativos financeiros alcançaram R\$ 573,7 milhões, 89,0% do ativo total.

O caixa e equivalentes de caixa somam R\$ 1,6 milhão e estão compostos por disponibilidades.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R\$ 113,0 milhões (17,5% do ativo total) e são compostos por Letras Financeiras do Tesouro Nacional R\$ 107,1 milhões e Certificado de Depósitos Bancários R\$ 5,9 milhões.

As operações de crédito e outros créditos alcançaram R\$ 467,4 milhões, (72,5% do ativo total) e estão representadas por empréstimos saque FGTS de R\$ 397,1 milhões; empréstimos consignado R\$ 68,6 milhões; outros empréstimos e financiamento de R\$ 1,7 milhão.

A provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito posicionou-se em R\$ 8,4 milhões (1,8% sobre o total da carteira de crédito). Informações mais detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 5.2-d.

• Passivo, Patrimônio Líquido e Resultado

O Passivo total consolidado está constituído de depósitos a prazo no montante de R\$ 8,9 milhões, provisões no montante de R\$ 7,7 milhões, passivos fiscais R\$ 16,3 milhões e outros passivos R\$ 21,9 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 10 a 12.

O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 589,7 milhões e o Lucro Líquido é de R\$ 31,4 milhões.

Dividendos - No período, os dividendos aos acionistas totalizam R\$ 13,3 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 13.3.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 116,9 milhões. Estão representadas, basicamente, por resultado de receitas com operações de crédito R\$ 96,3 milhões e de operações com títulos e valores mobiliários R\$ 20,2 milhões.

As Despesas da Intermediação Financeira somam R\$ 3,4 milhões (2,9% das Receitas da Intermediação Financeira). As despesas com perdas esperadas associadas ao risco de operações de crédito posicionaram-se em R\$ 1,6 milhão e representam 1,4% comparadas às Receitas da Intermediação Financeira.

O Resultado Líquido (descontada a perda esperada com ativos financeiros) alcançou R\$ 115,1 milhões (98,4% das Receitas da Intermediação Financeira).

As despesas de pessoal posicionaram-se em R\$ 9,8 milhões e as despesas administrativas somaram R\$ 24,5 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 14.1 e 14.2.

As rubricas de despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e contemplaram despesas e receitas não recorrentes de transação tributária. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 14.3, 14.4, 14.5 e 14.7.

- Oferta Pública para Aquisição de Ações

Em 15 de janeiro de 2026, foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a oferta pública do Controlador para aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Mercantil Financeira, visando o cancelamento do registro de companhia aberta como emissora de valores mobiliários categoria "A" na CVM e, consequentemente, a sua saída do segmento básico de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Informações estão disponíveis no site www.mercantildobrasil.com.br.

CONTROLADA

A controlada, Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A., registrou lucro líquido de R\$ 440,0 mil, com o Patrimônio Líquido posicionando-se em R\$ 7,9 milhões.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, a Mercantil Financeira e sua controlada vêm informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mercantil Financeira S.A., nesta oportunidade, agradece aos seus acionistas, clientes e colaboradores pelo expressivo apoio e confiança, que tanto têm contribuído para o desenvolvimento da Instituição.

Belo Horizonte, março de 2026.

Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Financeira e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



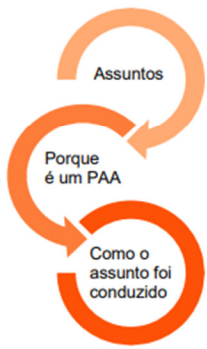
Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2.4 (b) e 5) A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento, por parte da administração, na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Em relação à metodologia para mensuração da provisão para perdas, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, principalmente, relacionados à análise das políticas contábeis da administração em comparação com a Resolução nº 4.966 do CMN, testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas. Adicionalmente, realizamos testes, em base



Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
informações prospectivas e critérios para determinar aumentos e reduções do risco de crédito. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	amostral, sobre as garantias, renegociações de crédito, avaliação de risco da contraparte, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento ou redução significativa de risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios e análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 2.4 (g) e 11)

A Financeira é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.

Assim, a mensuração e definição de reconhecimento dos passivos para processos judiciais e administrativos, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração da Financeira.

Conforme descrito na Nota 14.7, em dezembro de 2025, a Financeira celebrou transação tributária individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para pagamento dos tributos relacionados aos processos administrativos e judiciais, descritos na Nota 14.7.

Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre as bases de contingências.

Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais de natureza cível e trabalhista.

Com relação aos processos individualizados, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda. Realizamos testes da avaliação de risco dos principais processos de acordo com a sua natureza.

Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios



Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.	analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos principais processos judiciais e administrativos sobre a probabilidade de perda. Obtivemos o Termo de Transação Individual celebrado pela Financeira com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, em dezembro de 2025, para pagamento dos tributos relacionados aos processos administrativos e judiciais, descritos na Nota 14.7, e testamos a sua liquidação financeira e os correspondentes registros contábeis decorrentes dessa transação tributária. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O processamento das transações da Financeira, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica. Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de Tecnologia da Informação, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações. Portanto, o ambiente de Tecnologia da Informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e realizamos testes sobre os principais controles gerais de Tecnologia da Informação, controles automatizados ou dependentes de Tecnologia da Informação, bem como os controles compensatórios, quando aplicável. Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e à segurança de acessos a programas e banco de dados. Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de Tecnologia da Informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, época e extensão de nossos
--	---



Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Financeira e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Financeira. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas



Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento

A administração da Financeira é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos



Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou



Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento

quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 3 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Digitally signed by
Luis Carlos Matias Ramos
Signed by: LUIS CARLOS MATIAS RAMOS/1038734028
CPF: 1038734028
Signing Time: 03 de março de 2026 / 18:38:59PT
O: CP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
C: BR,
serial: AC 3636A8A F9F8 v4
1038734028004126

Luis Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	
		Financeira	Consolidado
Disponibilidades	3	982	1.619
Instrumentos Financeiros		566.165	572.087
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4	107.082	113.004
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	107.082	113.004
Ao custo amortizado	5	459.083	459.083
Operações de Crédito	5.2	467.440	467.440
(-) Provisão para perdas esperadas	5.2.d)	(8.441)	(8.441)
Outros Ativos Financeiros		84	84
Ativos Fiscais	6	59.589	61.113
Correntes	6.1	13.814	15.338
Diferidos	6.2	45.775	45.775
Outros Ativos	7	8.586	8.714
Investimentos	8	8.940	1.033
Imobilizado de Arrendamento	9	86	86
Total do Ativo		644.348	644.652

(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	
		Financeira	Consolidado
Instrumentos Financeiros		8.947	8.947
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		8.947	8.947
Depósitos	10.1	8.947	8.947
Provisões	11	7.545	7.737
Passivos Fiscais		16.227	16.296
Outros Passivos	12	21.896	21.904
Patrimônio Líquido	13	589.733	589.768
Capital Social	13.1	307.464	307.464
Reservas de Capital	13.2	155.430	155.430
Reservas de Lucros	13.3	126.781	126.781
Outros Resultados Abrangentes		58	58
Participação dos Não Controladores		-	35
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		644.348	644.652

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

	Nota	2º Semestre 2025		31/12/2025	
		Financeira	Consolidado	Financeira	Consolidado
Receitas da Intermediação Financeira		58.601	58.984	116.223	116.931
Operações de Crédito	5.2.e)	48.734	48.734	96.263	96.263
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	-	453	453
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	4.1.c) / 5.1	9.867	10.250	19.507	20.215
Despesas da Intermediação Financeira	10.2	(22)	(22)	(3.447)	(3.447)
Resultado líquido da Intermediação Financeira		58.579	58.962	112.776	113.484
Perdas esperadas de ativos financeiros		242	242	1.619	1.619
Perda esperada com operações de crédito	5.2.d)	242	242	1.619	1.619
Resultado líquido da perda esperada de ativos financeiros		58.821	59.204	114.395	115.103
Outras receitas (despesas) operacionais	14	(87.723)	(87.970)	(111.127)	(111.584)
Resultado de Participações em Controladas	8	312	74	556	118
Despesas de Pessoal	14.1	(4.290)	(4.292)	(9.808)	(9.811)
Despesas Administrativas	14.2	(12.856)	(12.907)	(24.389)	(24.484)
Despesas Tributárias	14.3	(44.134)	(44.135)	(46.746)	(46.749)
Outras Receitas Operacionais	14.4	686	740	1.752	1.851
Outras Despesas Operacionais	14.5	(25.023)	(25.032)	(26.707)	(26.724)
Reversões / (Despesas) de Provisões	14.6	(2.418)	(2.418)	(5.785)	(5.785)
Resultado antes dos impostos		(28.902)	(28.766)	3.268	3.519
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.3	41.555	41.420	28.185	27.935
Provisão para Imposto de Renda		5.705	5.608	125	(53)
Provisão para Contribuição Social		3.124	3.086	76	4
Ativo Fiscal Diferido		32.726	32.726	27.984	27.984
Participação dos não controladores		-	(1)	-	(1)
Lucro Líquido		12.653	12.653	31.453	31.453
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)					
Ações ordinárias		0,3086		0,7672	
Ações preferenciais		0,3086		0,7672	
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R\$ mil)					
Ações ordinárias		7.432		18.476	
Ações preferenciais		5.221		12.977	
Número de Ações em Circulação - básico e diluído					
Ações ordinárias		24.080.768		24.080.768	
Ações preferenciais		16.914.403		16.914.403	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	(Em milhares de reais)			
	2º Semestre 2025		31/12/2025	
	Financeira	Consolidado	Financeira	Consolidado
Lucro Líquido do Período	12.653	12.653	31.453	31.453
Outros Resultados Abrangentes	20	20	257	257
Itens a serem posteriormente reclassificados para o Resultado	20	20	257	257
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	33	33	428	428
Efeito Fiscal	(13)	(13)	(171)	(171)
Resultado abrangente Total do Período	12.673	12.673	31.710	31.710
Lucro Atribuível ao Controlador	12.673	12.672	31.710	31.709
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores	-	1	-	1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	(Em milhares de reais)								
	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
			Legal	Estatutárias					
Saldos em 31/12/2024	307.464	155.430	17.320	95.512	(199)	-	575.527	34	575.561
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	(4.161)	(4.161)	-	(4.161)
Absorção dos efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/2021	-	-	-	(4.161)	-	4.161	-	-	-
Saldos em 01/01/2025	307.464	155.430	17.320	91.351	(199)	-	571.366	34	571.400
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	257	-	257	-	257
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	31.453	31.453	1	31.454
Destinações:									
Reservas	-	-	1.572	16.538	-	(18.110)	-	-	-
Dividendos Pagos, Deliberados e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	(13.343)	(13.343)	-	(13.343)
Saldos em 31/12/2025	307.464	155.430	18.892	107.889	58	-	589.733	35	589.768
Mutações do Período	-	-	1.572	12.377	257	-	14.206	1	14.207
⁽¹⁾ Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 conforme descrito na nota 2.3.									
Saldos em 30/06/2025	307.464	155.430	17.320	91.351	38	18.800	590.403	34	590.437
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	20	-	20	-	20
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	12.653	12.653	1	12.654
Destinações:									
Reservas	-	-	1.572	16.538	-	(18.110)	-	-	-
Dividendos Pagos, Deliberados e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	(13.343)	(13.343)	-	(13.343)
Saldos em 31/12/2025	307.464	155.430	18.892	107.889	58	-	589.733	35	589.768
Mutações do Período	-	-	1.572	16.538	20	(18.800)	(670)	1	(669)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	(Em milhares de reais)			
	2º Semestre 2025		31/12/2025	
	Financeira	Consolidado	Financeira	Consolidado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(28.902)	(28.766)	3.268	3.519
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.674	1.866	3.052	3.407
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	2.650	2.658	6.223	6.239
Atualizações Monetárias Ativas	(473)	(528)	(1.062)	(1.162)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(242)	(242)	(1.619)	(1.619)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(312)	(74)	(556)	(118)
Depreciações e Amortizações	51	51	66	66
Resultado de Participação dos Não Controladores	-	1	-	1
Variações em Ativos e Passivos	(835)	(584)	(231.411)	(231.274)
(Aumento) / Redução em Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários	(7.471)	(8.130)	(16.733)	(17.485)
Operações de Crédito e Outros Créditos	(12.582)	(12.582)	(4.220)	(4.220)
Outros Ativos Financeiros	253	253	183	183
Ativos Fiscais	(4.016)	(3.018)	(1.284)	(240)
Outros Ativos	14.549	14.485	9.785	9.752
(Redução) / Aumento em Passivos				
Depósitos	8.947	8.947	(216.949)	(216.949)
Provisões	(16.294)	(16.190)	(16.256)	(16.152)
Passivos Fiscais	21.356	21.304	21.653	21.561
Outros Passivos	(1.958)	(1.959)	2.100	2.102
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.619)	(3.694)	(9.690)	(9.826)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(28.063)	(27.484)	(225.091)	(224.348)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	-	236.512	236.512
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	-	113	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	-	-	236.625	236.512
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(221)	(221)	(12.389)	(12.389)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(221)	(221)	(12.389)	(12.389)
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(28.284)	(27.705)	(855)	(225)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	29.266	29.324	1.837	1.844
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	982	1.619	982	1.619
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(28.284)	(27.705)	(855)	(225)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025		31/12/2025	
	Financeira	Consolidado	Financeira	Consolidado
1 - RECEITAS	32.088	32.516	87.102	87.892
Intermediação Financeira	58.601	58.984	116.223	116.931
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	242	242	1.619	1.619
Outras	(26.755)	(26.710)	(30.740)	(30.658)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(22)	(22)	(3.447)	(3.447)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(12.805)	(12.856)	(24.301)	(24.396)
Serviços de Terceiros	(11.240)	(11.291)	(20.382)	(20.477)
Outros	(1.565)	(1.565)	(3.919)	(3.919)
Processamento de Dados	(825)	(825)	(2.453)	(2.453)
Serviços do Sistema Financeiro	(385)	(385)	(752)	(752)
Seguros	(263)	(263)	(526)	(526)
Outros	(92)	(92)	(188)	(188)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	19.261	19.638	59.354	60.049
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(51)	(51)	(66)	(66)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	19.210	19.587	59.288	59.983
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	312	74	556	118
Resultado de Participações em Controladas	312	74	556	118
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	19.522	19.661	59.844	60.101
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	19.522	19.661	59.844	60.101
Pessoal	3.663	3.665	8.176	8.179
Remuneração Direta	3.530	3.532	7.988	7.991
Benefícios	133	133	188	188
Impostos, Taxas e Contribuições	3.206	3.342	20.193	20.446
Federais	3.198	3.332	20.094	20.345
Estaduais	3	3	6	6
Municipais	5	7	93	95
Remuneração de Capitais de Terceiros	-	-	22	22
Aluguéis	-	-	22	22
Remuneração de Capitais Próprios	12.653	12.654	31.453	31.454
Dividendos	13.343	13.343	13.343	13.343
Lucros Retidos do Período	(690)	(690)	18.110	18.110
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	1	-	1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

A Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (Financeira) é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza suas atividades operacionais atuando no segmento de crédito direto ao consumidor, crédito consignado e crédito pessoal com garantia do FGTS. A sede da Financeira está localizada na rua Min. Orozimbo Nonato, nº 215, 15º andar, bairro Vila da Serra, Nova Lima, Minas Gerais e tem como local principal de negócios o escritório situado na Avenida do Contorno, 5800 – 11º ao 15º andar, Belo Horizonte, Minas Gerais.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76, as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas às provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios elaborado em conjunto com o Controlador conforme estabelece o art. 5º da Resolução nº 4.966/21.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Mercantil Financeira S.A. em 03/03/2026.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma Instituição em outra, os saldos de contas e as receitas e despesas entre as mesmas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As informações financeiras consolidadas contemplam a Financeira e a sua empresa controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. (vide nota nº 8).

2.3. Mudança da Política Contábil e reclassificação de informações comparativas

Em 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 que alterou os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos financeiros. Os principais ajustes decorrentes da aplicação da norma são: (i) a Classificação das Operações de Créditos e Outros Créditos dado o que foi estabelecido pelo Modelo de Negócios; (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso considerando expectativa de realização; (iii) Baixa dos ativos para prejuízo conforme novas disposições da norma; e (iv) Diferimento das receitas e/ou despesas de originação de Operações de Crédito, pelo prazo de respectivas operações, conforme metodologia de apuração da taxa de juros definida.

Os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram aplicados prospectivamente e efeitos dos ajustes decorrentes da sua aplicação foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários. Segue demonstrado abaixo a reconciliação da Posição Patrimonial da Financeira em 01/01/2025:

Ativo	Financeira			Consolidado		
	31/12/2024	Ajustes Res. 4.966	01/01/2025	31/12/2024	Ajustes Res. 4.966	01/01/2025
Disponibilidades	1.837	-	1.837	1.844	-	1.844
Instrumentos Financeiros	786.966	(6.935)	780.031	792.136	(6.935)	785.201
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	326.604	-	326.604	331.774	-	331.774
Títulos e Valores Mobiliários	326.604	-	326.604	331.774	-	331.774
Ao custo amortizado	460.362	(6.935)	453.427	460.362	(6.935)	453.427
Operações de Crédito e Outros Créditos	464.760	124	464.884	464.760	124	464.884
(Provisão para perdas esperadas)	(4.665)	(7.059)	(11.724)	(4.665)	(7.059)	(11.724)
Outros Ativos Financeiros	267	-	267	267	-	267
Ativos Fiscais	27.547	2.774	30.321	30.115	2.774	32.889
Correntes	12.597	-	12.597	15.165	-	15.165
Diferidos	14.950	2.774	17.724	14.950	2.774	17.724
Outros Ativos	17.214	-	17.214	17.304	-	17.304
Investimentos	8.488	-	8.488	915	-	915
Total do Ativo	842.052	(4.161)	837.891	842.314	(4.161)	838.153

Passivo e Patrimônio Líquido	Financeira			Consolidado		
	31/12/2024	Ajustes Res. 4.966	01/01/2025	31/12/2024	Ajustes Res. 4.966	01/01/2025
Depósitos de demais instrumentos financeiros	225.896	-	225.896	225.896	-	225.896
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	225.896	-	225.896	225.896	-	225.896
Provisões	17.474	-	17.474	17.650	-	17.650
Passivos Fiscais	4.465	-	4.465	4.512	-	4.512
Outros Passivos	18.690	-	18.690	18.695	-	18.695
Patrimônio Líquido	575.527	(4.161)	571.366	575.561	(4.161)	571.400
Capital Social	307.464	-	307.464	307.464	-	307.464
Reservas de Capital	155.430	-	155.430	155.430	-	155.430
Reservas de Lucros	112.832	(4.161)	108.671	112.832	(4.161)	108.671
Outros Resultados Abrangentes	(199)	-	(199)	(199)	-	(199)
Participação dos Não Controladores	-	-	-	34	-	34
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	842.052	(4.161)	837.891	842.314	(4.161)	838.153

Adicionalmente, a Financeira aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela Financeira para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual a Instituição administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*), cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como “Resultado de Títulos e Valores Mobiliários”.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado em “Resultado de Títulos e Valores Mobiliários” utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Resultado de Títulos e Valores Mobiliários”.

A Financeira não possui nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando houver passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(vi) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Financeira avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

A Financeira possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

A Financeira mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios da Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- **Estágio 1 – Ativos Realizáveis:** Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- **Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa:** Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- **Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis:** É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

A Financeira adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- **Créditos avaliados individualmente:** Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- **Créditos avaliados coletivamente:** Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/23, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela contemplada nos Anexos I, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem

como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como “Cura”.

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de recuperação de crédito (Ativos Problemáticos); neste caso, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificada como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- **Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

A Financeira avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

c) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% em conformidade com a Lei nº 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

d) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os investimentos classificados como “mantidos para venda”, são avaliados pelo valor justo.

e) Imobilizado de Arrendamento

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras.

A Financeira é arrendatária, principalmente, de bens imóveis. Estão reconhecidos à valor presente nas Demonstrações Financeiras da Financeira como “Bens de direito de uso” em contrapartida às “Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos” que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente. Os bens de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais, no Resultado.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21 que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 R1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado do período.

g) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, o que ocorre, usualmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas (trânsito em julgado). Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações fiscais, trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos como provisão quando existe um provável desembolso de recursos para liquidar a obrigação, desde que os valores envolvidos possam ser estimados com confiança.

h) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no período (vide nota nº 12.4.).

A Financeira não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2025 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

i) Benefícios a empregados

A Financeira dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/21. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

j) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, provisionados e pagos aos acionistas, e os recebidos ou a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma: (i) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados; e (ii) Os juros sobre o capital próprio a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

k) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas da Financeira, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

l) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para Perdas Esperadas (*Impairment*):** a Financeira avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, a Financeira exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos Ativos e Passivos Financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** As contingências da Financeira são registradas, de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa, para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, são como segue:

Descrição	Dez / 2025	
	Financeira	Consolidado
Disponibilidades	982	1.619
Total	982	1.619

4. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

4.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Financeira	Dez / 2025		
	Custo atualizado	Marcação a Mercado	Valor justo / Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	106.985	97	107.082
Total Contábil	106.985	97	107.082

Consolidado	Dez / 2025		
	Custo atualizado	Marcação a Mercado	Valor justo / Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	106.985	97	107.082
Certificado de Depósitos Bancários	5.922	-	5.922
Total Contábil	112.907	97	113.004

Em 31 de dezembro de 2025, não havia saldo de provisão para perda para os Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

b) Títulos e Valores Mobiliários por vencimento ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Prazo	Dez / 2025	
	Financeira	Consolidado
Até 1 ano	-	60
De 1 a 5 anos	-	5.862
Acima de 5 anos	107.082	107.082
Total	107.082	113.004

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais feeders). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política institucional.

c) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes totalizou, R\$ 16.109 (R\$ 16.817 no consolidado).

5. Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado

5.1. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2025, o individual e consolidado não possuíam Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizou, no individual e consolidado, R\$ 3.398.

5.2. Operações de Crédito

a) Composição da carteira por produtos, no individual e consolidado

Composição	Dez / 2025
Empréstimo Saque FGTS	397.114
Empréstimo Consignado	68.648
Outros Empréstimos e Financiamentos	1.678
Total	467.440

b) Composição da carteira por prazo de vencimento, no individual e consolidado

Vencimento	Dez / 2025
Curso Normal	457.155
Até 1 ano	179.084
De 1 ano até 5 anos	253.020
Acima de 5 anos	25.051
Curso Anormal	10.285
Parcelas vincendas	8.226
Até 1 ano	2.843
De 1 ano até 5 anos	5.320
Acima de 5 anos	63
Parcelas vencidas	2.059
Até 1 ano	1.974
De 1 ano até 5 anos	85
Total	467.440

c) Movimentação da carteira por estágios, no individual e consolidado

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	451.870	1.881	11.740	465.491
Constituição / Liquidação	2.480	(116)	2.767	5.131
Transferência para Estágio 1	2.491	(711)	(1.780)	-
Transferência para Estágio 2	(28)	433	(405)	-
Transferência para Estágio 3	(5)	(17)	22	-
Baixa para prejuízo	-	-	(3.182)	(3.182)
Saldo em 31/12/2025	456.808	1.470	9.162	467.440

d) Movimentação das perdas esperadas por estágios, no individual e consolidado

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	2.583	747	8.394	11.724
Constituição / Liquidação	(1.281)	(336)	1.515	(102)
Transferência para Estágio 1	116	(31)	(84)	-
Transferência para Estágio 2	(9)	173	(164)	-
Transferência para Estágio 3	(4)	(11)	15	-
Baixa para prejuízo	-	-	(3.182)	(3.182)
Saldo em 31/12/2025	1.405	542	6.494	8.441

As perdas esperadas de ativos financeiros está apresentada pelo conceito de perda ampliada que inclui a Recuperação de créditos baixados para prejuízo e Descontos concedidos que somados montam, no individual e consolidado, em R\$ 1.517.

e) Receitas de Operação de Crédito

As Receitas de Operações de Crédito correspondem, no individual e consolidado, à Rendas de Empréstimos e Financiamentos no montante de R\$ 96.263.

6. Ativos Fiscais

6.1. Correntes - Impostos a compensar

Descrição	Dez / 2025	
	Financeira	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social ⁽ⁱ⁾	-	44
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽ⁱⁱ⁾	7.333	7.333
Imposto e contribuições retidos na fonte	8	143
Imposto de renda e contribuição social – IPC/90	-	1.345
Total	13.814	15.338
Circulante	13.424	14.827
Não circulante	390	511

⁽ⁱ⁾ Imposto de renda e contribuição social referem-se a saldos credores de exercícios anteriores.

⁽ⁱⁱ⁾ A Financeira é titular de valores a compensar sob amparo de ação judicial transitado em julgado que foi objeto de Decisão em julgamento de mérito no Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2021 e parecer (SEI 11469/2022) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a exclusão dos juros da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

6.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Movimentação dos créditos tributários, no individual e consolidado

Financeira	01/01/2025	Constituição	Realização	31/12/2025
Diferenças temporárias	11.937	404	(1.599)	10.741
Provisão para perda esperada	8.027	222	(383)	7.866
Contingências	3.633	180	(1.082)	2.731
MTM	133	-	(133)	-
Outros	144	1	(1)	144
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	5.787	29.247	-	35.034
Total – Não circulante	17.724	29.651	(1.599)	45.775

b) Realização dos créditos tributários

O quadro abaixo demonstra, para os créditos tributários ativos, no individual e consolidado, os valores previstos de realização comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base nas taxas de captação para os anos correspondentes:

Exercícios	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal / Base Negativa	Dez / 2025
2026	2.999	6.532	9.531
2027	1.755	7.170	8.925
2028	1.718	9.196	10.914
2029	1.095	10.740	11.835
2030 a 2032	3.174	1.396	4.570
Total	10.741	35.034	45.775
Valor presente	7.086	23.977	31.063

6.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Dez / 2025	
	Financeira	Consolidado
Resultado antes dos impostos	3.268	3.518
Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com alíquotas vigentes ⁽ⁱ⁾	(1.307)	(1.407)
Ajustes no cálculo dos tributos		
Resultado de equivalência patrimonial	222	47
Ajustes no cálculo dos tributos ⁽ⁱⁱ⁾	29.270	29.295
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	28.185	27.935

⁽ⁱ⁾ Alíquotas vigentes: (i) A Provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240; e (ii) a contribuição social é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, majoritariamente, aos efeitos no IRPJ e CSLL correntes, decorrentes da Transação Tributária celebrada com a PGFN em 23 de dezembro de 2025 (vide nota nº 14.7).

7. Outros Ativos

Descrição	Dez / 2025	
	Financeira	Consolidado
Devedores por Depósitos em Garantia (vide nota nº 11.b)	5.470	5.691
Devedores Diversos – País	680	680
Despesas antecipadas ⁽ⁱ⁾	902	913
Valores a receber	119	119
Outros	1.415	1.311
Total	8.586	8.714
Circulante	2.236	2.143
Não circulante	6.350	6.571

⁽ⁱ⁾ Referem-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

8. Investimentos

Descrição	MACS ⁽¹⁾	DOMO ⁽²⁾	Dez / 2025
Capital social subscrito e integralizado	4.853	11.500	-
Quantidade de ações integralizadas	53.924.604	1.150.000	-
Patrimônio líquido ajustado	7.942	10.330	18.272
Resultado societário do período	440	1.182	1.622
Participação no capital integralizado	99,56%	10,00%	-
Resultado da equivalência patrimonial	438	118	556
Valor dos investimentos	7.907	1.033	8.940

⁽¹⁾ Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. – Empresa controlada na qual a Financeira tem o controle direto, assegurando-lhe, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais, em conformidade com o artigo 243, §2º, da Lei 6.404/76.

⁽²⁾ Domo Digital Tecnologia S.A. – Empresa na qual a Financeira detém 10% do capital social sem controlá-la, que faz parte do mesmo grupo Mercantil, em conformidade com o artigo 248 da Lei 6.404/76.

9. Imobilizado de arrendamento

a) Composição do Imobilizado de arrendamento

Descrição	Custo	Depreciação ⁽¹⁾	Dez / 2025
Bens de direito de uso	152	(66)	86

⁽¹⁾A depreciação é calculada com base na vida útil dos ativos que corresponde ao prazo de cada contrato de aluguel pactuado que variam de 60 a 300 meses.

b) Movimentação do imobilizado de arrendamento

Bens de direito de uso	
Saldo em 01/01/2025	-
(+) Adições	152
(-) Depreciação no período	(66)
Saldo em 31/12/2025	86

Os Bens de direito de uso referem-se a contratos de arrendamento de imóveis para utilização operacional. Não há contratos de subarrendamento fora do Grupo Mercantil.

10. Depósitos

10.1. Depósitos, no individual e consolidado

Descrição	Dez/2025
Interfinanceiros	8.947
Total – Não circulante	8.947

10.2. Despesas com operações de captação no mercado, no individual e consolidado

Descrição	Dez/2025
Depósitos	3.313
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	134
Total	3.447

11. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que a Financeira venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- **Trabalhistas:** são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- **Cíveis:** são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências.

- Fiscais: são registradas, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e fiscais são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis. Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas.

a) Composição das Provisões

Descrição	Dez / 2025	
	Financeira	Consolidado
Provisões para riscos fiscais	1.328	1.520
Provisão para processos trabalhistas	126	126
Provisão para processos cíveis	6.091	6.091
Total – Não circulante	7.545	7.737

b) Movimentação das Provisões

Financeira	Riscos fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 01/01/2025	10.565	6.694	215	17.474
Constituição / (Reversão) – vide nota nº 14.6.	(32)	5.936	(19)	5.785
Atualização Monetária	287	135	16	438
Atualização Depósitos / (Liquidações)	(9.492)	(6.574)	(86)	(16.152)
Saldos em 31/12/2025	1.328	6.091	126	7.545
Depósitos judiciais – vide nota nº 7.	2.376	2.804	290	5.470

Consolidado	Riscos fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 01/01/2025	10.741	6.694	215	17.650
Constituição/ (Reversão) – vide nota nº 14.6.	(32)	5.836	(19)	5.785
Atualização Monetária	303	135	16	454
Atualização Depósitos / (Liquidações)	(9.492)	(6.574)	(86)	(16.152)
Saldos em 31/12/2025	1.520	6.091	126	7.737
Depósitos judiciais – vide nota nº 7.	2.567	2.804	320	5.691

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. As principais ações judiciais da Financeira, classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R\$ 239.

12. Outros Passivos

Descrição	Dez / 2025	
	Financeira	Consolidado
Credores Diversos – País	5.030	5.030
Sociais e Estatutárias	16.041	16.146
Provisão para Pagamentos a Efetuar	336	336
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1	1
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	87	87
Outros	401	304
Total - Circulante	21.896	21.904

13. Patrimônio Líquido

13.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Descrição	Dez / 2025	
	Quantidade	R\$ mil
Ações ordinárias	24.080.768	180.606
Ações preferenciais	16.914.403	126.858
Total do capital subscrito e integralizado	40.995.171	307.464

13.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

13.3. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinado até 70% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

Durante o exercício foram deliberados dividendos, conforme demonstrado abaixo:

Banco	Dez/25
Lucro líquido dos exercícios	31.453
(-) Reserva Legal	(1.572)
Base de Cálculo	29.881
Dividendos pagos, deliberados e/ou provisionados	13.343

13.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pela Financeira e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Dez / 2025
Número médio e final de ações	24.080.768	16.914.403	40.995.171
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	24.080.768	16.914.403	40.995.171
Lucro líquido atribuível	18.476	12.977	31.453
Lucro básico por ação	0,7672	0,7672	0,7672

14. Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais

14.1. Despesas de pessoal

Descrição	Dez / 2025	
	Financeira	Consolidado
Remuneração dos administradores	7.988	7.991
Encargos sociais	1.632	1.632
Benefícios e treinamentos	188	188
Total	9.808	9.811

14.2. Despesas administrativas

Descrição	Dez / 2025	
	Financeira	Consolidado
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios	11.714	11.714
Serviços prestados – ligadas	5.148	5.231
Processamento de dados	2.453	2.453
Serviços de terceiros	1.815	1.816
Serviços técnicos especializados	1.705	1.716
Serviços do sistema financeiro	752	752
Seguros	526	526
Amortização e depreciação	66	66
Aluguéis	22	22
Outras	188	188
Total	24.389	24.484

14.3. Despesas tributárias

Descrição	Dez / 2025	
	Financeira	Consolidado
Transação Tributária (Principal) ⁽¹⁾	41.404	41.404
COFINS	4.508	4.508
PIS	732	732
ISSQN	92	92
Outros tributos	10	13
Total	46.746	46.749

⁽¹⁾ Refere-se ao valor do saldo principal relativo à Transação Tributária, firmada em 23 de dezembro de 2025, celebrada pela Financeira em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação a todos os processos administrativos e judiciais tributários relacionados às controvérsias sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/98.

14.4. Outras receitas operacionais

Descrição	Dez / 2025	
	Financeira	Consolidado
Variações monetárias ativas	1.062	1.161
Recuperação de encargos e despesas	286	286
Ressarcimento custos de portabilidade	241	241
Outras receitas	163	163
Total	1.752	1.851

14.5. Outras despesas operacionais

Descrição	Dez / 2025	
	Financeira	Consolidado
Transação Tributária (Juros e Multa) ⁽ⁱ⁾	24.232	24.232
Despesas de caráter eventual ⁽ⁱⁱ⁾	1.695	1.696
Variações monetárias passivas	438	454
Outras despesas	342	342
Total	26.707	26.724

⁽ⁱ⁾ Refere-se às despesas financeiras (multa e juros), líquida dos descontos obtidos na Transação Tributária (vide nota nº 14.3.).

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

14.6. Reversões / (Despesas) de Provisões, no individual e consolidado

Descrição	Dez / 2025
Provisões cíveis	5.836
Provisões trabalhistas	(19)
Provisões fiscais	(32)
Total	5.785

14.7. Resultados não recorrentes

Em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, a Financeira apresenta os eventos que, por sua natureza e frequência, não são considerados como parte das atividades típicas da Instituição. Destacamos, a seguir, o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

Evento	Dez/25
Lucro / (Prejuízo) líquido contábil (a)	31.453
Eventos não recorrentes (b)	(65.636)
Transação Tributária (Principal) ⁽ⁱ⁾	(41.404)
Transação Tributária (Juros e Multa) ⁽ⁱⁱ⁾	(24.232)
Efeitos tributários (c) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	56.495
Eventos não recorrentes líquidos (d = b - c)	(9.141)
Resultado recorrente (e = a - d)	40.594

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao valor do saldo principal relativo à Transação Tributária, firmada em 23 de dezembro de 2025, celebrada pela Financeira em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com relação a todos os processos administrativos e judiciais tributários relacionados às controvérsias sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, nos termos da Lei nº 9.718/98. Essa transação resultou no pagamento à vista de R\$ 65.636 mil, após os trâmites de consolidação de contas pela PGFN e RFB (sendo que R\$ 51.403 mil foram pagos já em dezembro de 2025 e o restante liquidado dia 26/01/26 quando da emissão da DARF pela PGFN). Os efeitos contábeis decorrentes da transação foram reconhecidos no exercício social de 2025.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se às despesas financeiras (multa e juros), líquidas dos descontos obtidos na Transação Tributária.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se ao efeito tributário positivo no resultado em decorrência dos eventos não recorrentes.

15. Transações com Partes Relacionadas

15.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis com as praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Dez / 2025	
Ativos	1.505
Disponibilidades (Banco Mercantil)	982
Outros Ativos (Banco Mercantil)	419
Dividendos a receber (MACS)	104
(Passivos)	(21.835)
Depósitos Interfinanceiros (Banco Mercantil)	(8.947)
Dividendos e JCP a pagar (Banco Mercantil)	(12.480)
Outras obrigações (Banco Mercantil)	(408)
Contas de Resultado	(5.063)
Receitas / (Despesas) da Intermediação Financeira (Banco Mercantil)	85
Outras Despesas Administrativas (Banco Mercantil) - vide nota nº 14.2.	(5.148)

15.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

A Financeira dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Mercantil Financeira S.A., conforme previsto no Estatuto Social.

O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2025, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 9.880.

A remuneração dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (vide nota nº 14.1.).

Não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

15.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

16. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

Na Financeira, o gerenciamento dos riscos e gestão do capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com seu controlador, Banco Mercantil.

- Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura os índices de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) era de 13,5%, perante um mínimo requerido de 8,00%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

Na Financeira, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Em atendimento à Resolução BCB nº 478/25, o Controlador apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares. Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

Na Financeira, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada em seu Controlador. É realizada de forma contínua e apoiada em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento, além de utilizar modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, a Mercantil Financeira S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos financeiros consolidados:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	113.004	107.082	5.922	113.004
Títulos e Valores mobiliários	113.004	107.082	5.922	113.004
Ao custo amortizado	459.083	-	459.083	459.083
Operações de Crédito	458.999	-	458.999	458.999
Outros ativos financeiros	84	-	84	84
Total	572.087	107.082	465.005	572.087

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 1	Nível 2	Total
Ao custo amortizado	8.947	-	8.947	8.947
Depósitos	8.947	-	8.947	8.947
Total	8.947	-	8.947	8.947

17. Outras Informações

a) Divulgação Demonstrações Financeiras em IFRS

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras semestrais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, a Mercantil Financeira S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis.

Assim, o Controlador divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes a 31 de dezembro de 2025 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no [site \(ri.bancomercantil.com.br\)](http://ri.bancomercantil.com.br), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

b) Fato Relevante – Oferta Pública de Aquisição de Ações

Em 23/09/2025 a Financeira divulgou Fato Relevante sobre a decisão tomada pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil de realizar uma oferta pública para aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, visando o cancelamento de seu registro de companhia aberta como emissora de valores mobiliários categoria "A" na CVM e, consequentemente, a sua saída do segmento básico de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Oferta" ou "OPA", respectivamente). A motivação está relacionada principalmente aos benefícios relativos à manutenção da Mercantil Financeira como companhia aberta deixaram de ser proporcionais às obrigações daí decorrentes, em razão: (i) da baixa liquidez das ações de emissão da Mercantil Financeira devido à quase ausência de negociação das ações de sua emissão em ambiente de mercado administrado pela B3; (ii) dos elevados custos de observância da regulamentação aplicável para manutenção do seu registro como emissora de valores mobiliários na categoria "A" da CVM; e (iii) da administração da Mercantil Financeira não ter a intenção de acessar o mercado de valores mobiliários para financiar as suas

atividades no curto, médio e longo prazos. Após passar por todos os tramites regulatórios a Ofertante adquiriu 80.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a aproximadamente 0,33% do total de ações ordinárias, e 218.742 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a aproximadamente 1,29% do total de ações preferenciais. Essas ações representam, em conjunto, 298.742 ações, equivalente a: (i) aproximadamente 0,73% do capital social da Companhia; e (ii) aproximadamente 15,54% do total de Ações em Circulação (conforme definido no item 2.1 do Edital). As ações foram adquiridas pelo preço à vista de R\$ 15,72 por ação, totalizando o valor de R\$ 4.696.224,24.

A Ofertante passará a ser a titular, diretamente, de 23.710.703 ações ordinárias de emissão da Companhia e de 15.658.908 ações preferenciais de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 96,03% do seu capital social total.

Além disso, tendo em vista a conclusão da OPA com o atingimento do quórum de sucesso, e o fato de que as Ações em Circulação atualmente representam menos que 5% do total de ações de emissão da Companhia, a Companhia e o Ofertante darão prosseguimento aos atos necessários para a implementação do cancelamento de registro da Companhia perante a categoria "A" na CVM e a consequente saída da Companhia do segmento básico de listagem da B3, bem como será convocada oportunamente assembleia geral de acionistas da Companhia para aprovar o resgate compulsório das Ações em Circulação remanescentes, nos termos do item 6.3 do Edital. As ações de emissão da Companhia permanecerão em negociação no segmento básico de listagem da B3 até a aprovação do resgate compulsório ou a conclusão do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, o que ocorrer primeiro.

Outras informações poderão ser obtidas no site (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

MERCANTIL FINANCEIRA S.A.
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renato Augusto de Araujo – Presidente
 Paulo Henrique Brant de Araujo – Vice-Presidente
 José Ribeiro Vianna Neto – Secretário

Ângela Cristina Romariz Barbosa Leite
 Márcio Lopes Costa

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE
 Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETOR VICE-PRESIDENTE
 Marco Antônio Andrade de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS
 Luiz Carlos de Araújo
 Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETOR
 Anderson Adeilson de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido
 Leowigildo Leal da Paixão Araújo
 Milton de Castro Silva Junior

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
 CRC – MG 077029/O-7

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da **Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”)**, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da **Financeira**, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte/MG, 3 de março de 2026.

Diretor-Presidente

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretor Vice-Presidente

Marco Antônio Andrade de Araújo

Diretor Executivo e de Relações com Investidores

Luiz Carlos de Araújo

Diretor Executivo

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretor

Anderson Adeilson de Oliveira

Às 15h25min (quinze horas e vinte e cinco minutos) do dia 2 de março de 2026, os Conselheiros Fiscais da Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Companhia”), reuniram-se de forma híbrida, sendo presencialmente na Avenida do Contorno, Edifício Statement, nº 5.800, 14º andar, bairro Savassi, em Belo Horizonte/MG, e digitalmente através da plataforma Google Meet, em cumprimento às disposições legais e estatutárias e de acordo com o previsto no art. 163, inciso VII e inciso III, da Lei nº 6.404/76. No exercício de suas atribuições legais, os Conselheiros procederam ao exame das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia, elaboradas de acordo com o padrão contábil estabelecido pelo Banco Central do Brasil (BACEN-GAAP), relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, as quais foram preparadas em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.818/2019 e nº 4.966/2021, bem como do Relatório Anual da Administração, devidamente elaborado nos termos da Lei nº 15.177/2025. Foi igualmente analisado o “Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras – 2025”, emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers (“PwC”), bem como o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros, nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020. Adicionalmente, os Conselheiros examinaram a proposta da Administração relativa à destinação do resultado do exercício de 2025, incluindo o pagamento de dividendos, tendo verificado sua conformidade com a legislação societária e com o Estatuto Social da Companhia.

Com base nas análises efetuadas e nos esclarecimentos prestados pela Administração acerca dos controles internos, e à vista do relatório dos auditores independentes PWC, emitido sem ressalvas, bem como do Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros, os membros do Conselho Fiscal opinaram, por unanimidade, favoravelmente: (i) às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas dos demais documentos mencionados neste parecer, por entenderem que se encontram em condições de serem divulgadas e, posteriormente, submetidas à apreciação e deliberação da Assembleia Geral dos acionistas; e (ii) à proposta de destinação do lucro líquido do exercício, incluindo o pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2025, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração e subsequente deliberação pela Assembleia Geral da Companhia.

Belo Horizonte/MG, 2 de março de 2026.

CONSELHO FISCAL

Euler Luiz de Oliveira Penido
Leowigildo Leal da Paixão Araújo
Milton de Castro Silva Junior

MERCANTIL

Financeira S.A. - Financiamento e Investimento